

CNU

FGV remarca etapa após falha on-line

Candidatos não conseguiram concluir fase de caracterização de deficiência e heteroidentificação. Cerca de 4 mil participantes disputam vagas nesta situação


» RAPHAEL PATI

Após candidatos relatarem problemas durante o Procedimento de Caracterização da Deficiência, uma das etapas do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU 2), a Fundação Getúlio Vargas (FGV) — banca examinadora da prova — informou na página oficial do certame que vai abrir uma segunda chamada para todas as pessoas ausentes na avaliação ocorrida ontem. Cerca de 4 mil candidatos disputam vagas nesta situação.

A FGV informou que a nova chance para os candidatos serem avaliados deve ocorrer ainda neste mês de dezembro, sem data definida. Esta informação, além de horário e link individual de acesso estarão disponíveis no site oficial do concurso público (conhecimento.fgv.br/cpnu2), na data provável de 17 de dezembro de 2025. “Ressaltamos que é de responsabilidade da pessoa candidata acompanhar a publicação e tomar ciência do seu conteúdo”, destacou, em nota, a banca.

O exame para aferir se o candidato possui, ou não, alguma deficiência física ou cognitiva estava marcado para ocorrer em dois turnos deste sábado, nos horários das 7h e 13h. No entanto, surgiram reclamações de participantes a respeito de falhas durante a execução da avaliação. Nas redes sociais, houve uma série de relatos

Renrodrüã



Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2025

COMUNICADO

FASE 4: Segunda chamada para o Procedimento de Caracterização da Deficiência

PESSOAS CANDIDATAS COM DEFICIÊNCIA,

A Fundação Getulio Vargas INFORMA que, em razão de oscilação no sistema ocorrida durante o PROCEDIMENTO DE CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA, realizado nesta data, todas as pessoas candidatas ausentes serão convocadas, em segunda chamada, para a realização do referido procedimento ainda no mês de dezembro de 2025.

A data, o horário e o link individual de acesso ao Procedimento de Caracterização da Deficiência estarão disponíveis para consulta no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/cpnu2>, na data provável de 17 de dezembro de 2025.

Ressaltamos que é de responsabilidade da pessoa candidata acompanhar a publicação e tomar ciência do seu conteúdo.

Em nota, a FGV diz que prevê nova avaliação ainda em dezembro

de estudantes que não conseguiam sequer acessar a sala virtual para a realização do exame.

Longa espera

No X, um usuário escreveu que “a banca de verificação biopsi-ossocial simplesmente não está acontecendo e as pessoas, inclusive os fiscais nas salas do Teams, estão sem nenhuma informação”. Outra pessoa apontou que “vários candidatos estão em espera e nada de serem atendidos para o

procedimento de verificação”. As publicações ocorreram por volta das 11h30 da manhã, pelo horário de Brasília.

Um outro candidato relatou demora da banca examinadora em dar uma resposta sobre a situação: “Já (faz) quase 30 minutos que deveria ter sido o fechamento da sala e nenhuma mensagem da FGV, mesmo que fosse uma vaga e nas redes sociais”. O comunicado oficial da fundação veio apenas depois das 13h, quando a avaliação dos candidatos que foram

convocados para o turno da manhã já deveria ter sido concluída.

Um candidato com deficiência cognitiva relatou ao **Correio** a situação vivida também por outras pessoas dentro da sala virtual. “Tinha pessoas grávidas que passaram mal, tinha pessoas com filhos que estavam entrando em pânico, filhos pequenos, filhos autistas que estavam entrando em pânico, foi uma relativa calamidade”, afirmou o candidato, que preferiu não revelar a identidade.

“Eu me lembro de uma moça que afirmou categoricamente assim: ‘Eu sou do espectro autista e tenho crises de ansiedade com esse tipo de fenômeno. E está tudo bem aguentar uma situação como essa por alguns momentos, mas já se passaram seis horas e eu estou surtando’. Todo mundo estava surtando. Foi um absurdo”, acrescentou. O procedimento para comprovar deficiência é realizado via telemedicina e conduzido por uma equipe composta por três especialistas, incluindo um médico. De acordo com a banca avaliadora, os participantes devem contar com câmera, microfone e conexão estável, além de apresentar documento de identificação original durante a sessão, que será gravada.

A recusa à gravação exclui o candidato da lista de PCD. Caso a deficiência não seja confirmada, o candidato segue na ampla concorrência, desde que atenda aos critérios das fases anteriores.

APAGÃO EM SP

Multa de R\$ 200 mil por hora para a Enel

A Justiça de São Paulo determinou ontem que a Enel de energia restabeleça imediatamente o fornecimento para os clientes afetados, sob pena de multa de R\$ 200 mil por hora em caso de descumprimento. A decisão atende a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público de São Paulo e pela Defensoria Pública.

Segundo a determinação judicial, caso não seja possível o religamento imediato por razões técnicas, a concessionária deve restabelecer a energia em até quatro horas para unidades consideradas prioritárias.

Entre elas estão hospitais, serviços de saúde, creches, escolas, asilos, instituições públicas essenciais como delegacias e presídios, sistemas de abastecimento de água e saneamento, além de imóveis de pessoas eletrodependentes, idosos e pessoas com deficiência, cuja vida ou segurança depende do fornecimento contínuo.

Para os demais imóveis, o restabelecimento da energia deve ocorrer em até 12 horas a partir da notificação da empresa. A medida reforça a responsabilidade da concessionária em atender com prioridade os locais mais críticos e proteger os grupos mais vulneráveis durante o apagão na Grande São Paulo.

Cerca de 300 mil imóveis na Grande São Paulo permanecem sem energia elétrica desde quarta-feira, quando vendas atingiram a região. A Enel informou que trabalha para restabelecer o fornecimento até o final deste domingo. Se a previsão se confirmar, milhares de residências na capital completarão cinco dias consecutivos sem luz. **(RP)**

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Questão de ordem

Cada vez mais recorrentes e menos surpreendentes, pela repetição e pelas razões subalternas dos conflitos, as confusões da semana na Câmara tiveram as razões factuais habituais, em geral envolvendo a bancada de deputados mais à direita e os de esquerda, com o bloco de centro — incluindo os do chamado Centrão — como fiel da balança.

Quando o centro político se desestrutura, como se viu nas últimas votações sobre a cassação de dois deputados, em um cenário no qual o governo é representado por uma bancada majoritária, embora os partidos de esquerda tenham apenas 25% dos 513 parlamentares, é preciso prestar atenção. Trata-se de um sinal de contrariedade nessa sociedade pouco anônima, criada para dividir o dinheiro das emendas ao Orçamento e mais algumas benesses no governo em troca de apoio ao governante.

O tal centrão sai do eixo quando a discórdia eclode nos bastidores, e nada disso tem a ver com o interesse nacional. Quem, nesse pancadão da política, se deu conta de que bairros de São Paulo, com o preço do metro quadrado acima de R\$ 35 mil, ficaram dois a três dias sem luz? E de que a estação de chuvas denuncia mais tempestades aterradoras, enquanto a maioria dos municípios segue sem plano de contenção?

A vida real passa longe de Brasília, onde a chefia do Carf, órgão da Fazenda que julga casos tributários de empresas, pôs o jamegão em uma portaria para pagar adicional de “periculosidade” — “condição em que o empregado está exposto a riscos que geram perigo iminente de morte ou lesão corporal grave” — aos servidores e conselheiros da repartição. Vai criticar? Pense bem, se não o fascismo volta.

Perfis de esquerda na internet movem campanhas contra a Câmara e o Senado, cujos dirigentes fingem manter “relações republicanas” com o Judiciário, representado pelo STF, e com o Executivo, pelo presidente da República. Não faltam traições nessa trinca, em que o STF ratificou a prisão de Lula, decidida por um juiz de primeira instância, e, passados 580 dias, o soltou com base em uma filigrana.

Agora prendeu Bolsonaro, mas alguns ministros da Corte, segundo o deputado relator, não se opuseram ao projeto de lei que reduz as penas do ex-presidente e de outros golpistas. Esse vaivém é outra faceta da degradação institucional dos Poderes. E o que seria um governo minoritário formar maioria por meios “não republicanos”, deformando até o senso de direita e esquerda e outras cositas más?

A política alheia ao país

Enquanto o país institucional se perde em bravatas, cassações de parlamentares, operações policiais midiáticas, embates regimentais e monólogos de autoridade, o Brasil real segue largado à margem.

A coreografia, semana após semana, é a mesma: escândalos produzindo fumaça, discursos inflamados em plenário, ministros togados dando entrevistas políticas e articulações ocultas ditando o andamento do dia. Nada disso cria empregos, reduz juros ou melhora a vida de alguém. Serve apenas à manutenção de pequenos poderes.

O que impressiona não é a divergência — divergências são naturais em uma democracia. É a inaptidão dos três Poderes em articular uma agenda comum. Não há, em lugar algum, um debate consequente sobre como refazer o Estado, elevar o investimento, coordenar a política fiscal com a monetária, destravar a produtividade, enfrentar a transição demográfica e modernizar a formação dos brasileiros.

É como se nossos pilares estruturais fossem um detalhe incômodo, sempre adiado pelas urgências fabricadas do dia. Essa política, que ignora o país real, tornou-se um conflito sem propósito comum.

Um país que passa décadas discutindo o acessório não chegará ao essencial. Nações bem-sucedidas mostram o caminho: instituições previsíveis, políticas públicas efetivas, coerência econômica e capacidade de execução. Nas mesas do Executivo, do Congresso e do Judiciário, não se encontram tais questões. Quem fará o pivô?

O país não está dividido entre direita e esquerda, mas entre quem sabe da urgência do futuro e quem está preso à poeira do presente.

O que não se discute

Há uma ironia amarga nessa história. O Brasil vive um momento em que tudo deveria estar orientado para a construção de outro ciclo de crescimento, mas quase nada do que realmente importa está sendo tratado. A geopolítica da tecnologia avança; a transição energética cria vencedores e perdedores; cadeias produtivas são redesenhadas; e o país, com sua matriz energética limpa, minerais críticos e escala produtiva, poderia ocupar um lugar estratégico.

Em vez disso, Brasília gasta energia com temas que não melhoram o futuro de ninguém. O que deveria estar na pauta nacional?

Três questões são centrais. A primeira é o Estado entregar resultados. Isso começa com digitalização, boa governança e avaliação de políticas, e termina com um setor público funcional. A segunda é reaver a competência fiscal, visando a juros menores, investimento crescente e crescimento sustentado. E a terceira é transformar a política social em mobilidade econômica, por meio de educação qualificada e profissional, de base tecnológica, e da facilitação de novos empreendimentos.

Nada disso é abstrato. Esses pontos definem o crescimento, a renda, a produtividade, a coerência do país e a qualidade da democracia.

Não chegam ao debate porque não geram manchetes estridentes, não rendem “likes” nem fomentam o teatro entre os Poderes. Esse é um descompasso fatal: o mundo acelera, e Brasília desacelera.

Sabemos fazer, e não fazemos

Somos um dos raros países que conhece exatamente o que precisa fazer e, ainda assim, insiste em não fazê-lo. Os diagnósticos estão sobre a mesa há décadas: o Estado é caro e ineficiente, a rigidez fiscal é insustentável, a produtividade estagnou, o investimento é magro, a inflexão demográfica começou e 94 milhões de brasileiros dependem de programas sociais. Nada disso deveria surpreender.

O que falta não é diagnóstico, falta coragem institucional para priorizar o que importa. Todas as condições para um novo ciclo de crescimento estão descritas, organizadas e quantificadas: um Estado eficiente, gasto produtivo, investimento acima de 20% do PIB, educação integrada ao mercado e mobilidade social real.

Falta apenas o que falta sempre: direção política. Para chegarmos a 2030 como uma nação próspera, capaz de competir no ecossistema tecnológico mundial, precisamos sair imediatamente do ciclo de conflitos inúteis. Precisamos discutir o que determina o futuro: gasto eficiente, capacidade de entrega do Estado, inserção tecnológica, educação, infraestrutura etc.

Nossa tragédia não é o conflito, é o devaneio. É o desgaste com o que não cria progresso, não fortalece as instituições, não gera oportunidades e não constrói a nação. Questão de ordem, portanto: o Brasil não precisa de novos conflitos. Precisa de um novo rumo.



PÓDION

Os melhores da história do PAS, são alunos Pódion.

Gustavo Jacobina
Aluno Pódion, maior argumento da história do PAS (220.005)

A concorrência pode falar, mas nós provamos COM NÚMEROS.

A melhor escola do DF no Enem, é o Pódion.

enem2024 por escola

1

LUGAR GERAL NO DF (7 anos seguidos)

1

LUGAR GERAL NO CENTRO-OESTE

4

LUGAR NO BRASIL (Entre escolas com mais de 60 estudantes)

Guilherme George
Aluno Pódion, maior escore bruto da história do PAS (92,316)

www.podion.com.br